

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.545 - RS (2019/0231933-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **TELEFÔNICA BRASIL S.A**  
**ADVOGADOS** : **EVANDRO LUÍS PIPPI KRUEL - RS018780**  
                  **VINÍCIUS GUSTAVO SARTURI - RS058388**  
                  **RODRIGO PAPALÉO FERMANN - RS079227**  
                  **MATHEUS FAGUNDES DA SILVA - RS098566**  
**AGRAVADO** : **DECKMANN & DECKMANN LTDA**  
**ADVOGADO** : **LEONARDO SILVA WAGNER - RS068103**

### **EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. NÃO OCORRÊNCIA. 2. DETERMINAÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 3. TESE DE INVERSÃO OBLÍQUA DO ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. 4. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVÊ-LO.

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por Telefônica Brasil S.A. contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Inferre-se dos autos que a Décima Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela ora agravante, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fl. 345):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DECLARATÓRIA COM PEDIDO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS E COBRANÇA. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS COMUNS. CABIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART. 399, INC. III, DO NCPC. APLICAÇÃO DO ART. 370 DO CPC/15.

1. Tratando-se de documento comum e de interesse de ambas as partes, o dever de exibi-lo por quem o detenha constitui obrigação decorrente de lei. Inteligência do art. 399, inc. III, do NCPC. 2. O juiz é o destinatário da prova, razão pela qual compete a ele a análise da imprescindibilidade da sua produção para efeito de formar seu convencimento. Inteligência do art. 370 do CPC/15.

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nas razões do apelo especial, a recorrente indicou violação aos arts. 373, I, 397, I e III, 398, 489, § 1º e seu inciso IV, e 1.022, II, do CPC/2015.

Sustentou a existência de negativa de prestação jurisdicional e fundamentação deficiente.

Afirmou que não poderia ser compelida a apresentar os documentos solicitados, pois eles não seriam dotados de oficialidade; não estariam sob a sua posse, sendo incerta a sua existência; e deveriam compor o acervo probatório da própria parte recorrida.

Alegou que a concessão da medida exibiria teria por consequência oblíqua a distribuição do ônus da prova, o que não caberia no caso em exame.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando a insurgente a interpor o presente agravo, por meio do qual contesta a aplicação dos óbices apontados na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

Não é possível reconhecer a apontada negativa de prestação jurisdicional, pois, de um lado, não existe omissão ou contradição a ser suprida; de outro, foram apropriados e legítimos os fundamentos que sustentaram a conclusão alcançada pelo acórdão local, não se podendo a ele atribuir o vício de omissão ou contradição apenas porque resolveu a celeuma em sentido contrário ao postulado pela recorrente.

Registre-se, ademais, que a jurisprudência desta Corte é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte.

A título exemplificativo:

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. SANÇÃO PROCESSUAL. MANUTENÇÃO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Como se sabe, cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, não estando obrigado a rebater um a um os argumentos apresentados pela parte quando já encontrou fundamento suficiente para decidir a controvérsia.

(...)

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1692461/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 11/05/2018)

# *Superior Tribunal de Justiça*

Quanto à determinação de exibição de documentos, verifica-se que o Tribunal de origem, soberano na análise de fatos e provas, decidiu pela sua manutenção, porquanto a ora recorrente teria maiores condições de apresentá-los do que a parte recorrida, devendo, no caso de eventual impossibilidade de fazê-lo, ser valorado tal fato por ocasião do julgamento da ação indenizatória.

A propósito, confira-se o excerto abaixo transcrito que trata sobre o tema (e-STJ, fls. 352-356):

Concretamente, imperioso admitir que as agravantes, na condição de representadas, são, notoriamente, de vulto superior à agravada, possuindo maior suporte técnico, e, de consequência, maiores condições de apresentar os aludidos documentos. Além disso, sabidamente, as empresas agravantes dispõem de considerável número de representantes, motivo pelo qual razoável compreender que são obrigadas a manter documentação em ordem, a fim de viabilizares suas corretas administrações.

(...)

Por fim, não há prova nos autos de que os documentos solicitados pela parte autora já foram entregues, razão pela qual deve ser mantida a sentença determinando que a ré exiba os documentos postulados na inicial, ou, na impossibilidade, como afirmado em contestação e apelo, seja tal fato valorado pelo juízo por ocasião do julgamento da ação indenizatória.

Parra derruir a convicção formada, afastando, conseqüentemente, a determinação de exibição dos documentos postulados, seria necessário o reexame fático-probatório, providência vedada na via eleita, ante a incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

No tocante à alegação de que a concessão da medida exibiria importaria em uma indevida distribuição do ônus da prova, verifica-se que tal questão não foi objeto de debate no acórdão estadual, não tendo sido sequer suscitado o pronunciamento do Tribunal de origem sobre o referido tema nos embargos de declaração.

Diante desse contexto, tem-se que o prequestionamento, requisito viabilizador do recurso especial, não foi preenchido, o que impede o conhecimento da matéria por esta Corte Superior, nos termos dos enunciados sumulares 282 e 356 do STF.

A título ilustrativo:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. ACIDENTE. AFRONTA AOS ARTS. 402, 403, 730, 733 E 734 DO CÓDIGO CIVIL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. ENUNCIADO 284 DA SÚMULA/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. VERBETE 282 DA SÚMULA/STF. DANOS MORAL E MATERIAL. CARACTERIZAÇÃO. REVISÃO. INVIABILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO. SÚMULA 7/STJ. LIVRE CONVENCIMENTO.

# *Superior Tribunal de Justiça*

FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. NÃO PROVIMENTO.

(...)

2. As matérias constantes dos dispositivos legais apontados como violados não foram objeto de debate pela Corte de origem. Ausente o necessário prequestionamento, incidente o óbice do enunciado 282 da Súmula do STF.

(...)

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1111956/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 04/12/2017)

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, desprovê-lo.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator